

# ATOS do EXECUTIVO

## GABINETE DO PREFEITO

### LEI COMPLEMENTAR Nº 0061/2018

Altera a redação do inciso I, do artigo 56 da Lei nº 508, de 20 de dezembro de 2000, Código Tributário do Município de Rio das Ostras e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS**, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal **APROVA** e eu **SANCIONO** a seguinte

#### LEI COMPLEMENTAR :

**Art. 1º** - O inciso I do art. 56 da Lei nº 508, de dezembro de 2000, permanece em vigor com a seguinte redação:  
I – Imóveis edificadas:  
a) unidades residenciais ..... 0,70%  
b) unidades não residenciais ..... 0,80%

**Art. 2º** - Fica revogado o artigo 2º da Lei Complementar nº 58/2018.

**Art. 3º** - Esta Lei Complementar entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Rio das Ostras, 12 de dezembro de 2018.

**MARCELINO CARLOS DIAS BORBA**  
Prefeito do Município de Rio das Ostras

### LEI Nº 2166/2018

Institui a semana Municipal de Ações voltadas à Lei Maria da Penha, nas escolas de ensino fundamental – e de ensino médio, públicos e Privados.

Vereador-Autor: Vanderlan Moraes da Hora

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS**, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal **APROVA** e eu **SANCIONO** a seguinte

#### LEI :

**Art. 1º** - Fica instituída a Semana Municipal de Ações voltadas à Lei Maria da Penha – Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, nas escolas de ensino fundamental – séries finais e de ensino médio, públicas e privadas, localizadas no Município de Rio das Ostras.  
**Parágrafo Único** – As ações serão desenvolvidas, anualmente, na primeira Semana de agosto.

**Art. 2º** - A presente Lei objetiva proporcionar aos Alunos:  
I – conhecimento e importância da Lei Maria da Penha;  
II – Conscientização sobre a prevenção, combate e punição contra atos de violência sofridos pela mulher;  
III – contextualização da realidade atual da mulher,  
IV – Viabilização da prática de boas ações relacionadas á:  
a) Paz;  
b) Não – violência;  
c) Igualdade de condições de vida;  
d) Plena cidadania;  
e) Conquista de direitos;  
f) Dignidade e respeito;  
g) Outras ações voltadas ao bem-estar da mulher.  
V – Possibilidade da erradicação da violência contra a mulher; e  
VI – Reforço da ideia sobre igualdade de condições de vida entre homem e mulher.

**Art. 3º** As escolas poderão optar pela prática das seguintes ações em sala de aula ou fora dela.  
I – Palestras;  
II – estudos e debates;  
III – trabalhos  
IV – Visitas;  
V – Outras atividades a critério da escola.

**Art. – 4º Para** o cumprimento desta Lei, as escolas também poderão firmar parcerias com o (a):  
I – Conselho Municipal dos DIREITOS da Mulher – CMDM  
II – Escritório de Defesa dos Direitos da Mulher - EDDM  
III – Centro Especializado de Assistência Social - CREAS;  
V- outras pessoas jurídicas ou físicas ocupadas com a promoção do bem-estar da mulher.

**Art. - 5º** A Semana Municipal de Ações voltadas à Lei Maria da Penha passará a fazer parte do Calendário de Eventos do Município.

**Art. – 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2018.

**MARCELINO CARLOS DIAS BORBA**  
Prefeito do Município de Rio das Ostras

### LEI Nº 2167/2018

"Nomina a Farmácia Municipal de Rio das Ostras de Raquel Maria Cardoso dos Santos."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS**, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais:

Faço saber que a Câmara Municipal **APROVA** e eu **SANCIONO** a seguinte:

#### LEI:

**Art. 1º** - Nomina a Farmácia Municipal de Rio das Ostras, localizada no bairro Centro, de "Raquel Maria Cardoso dos Santos".

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2018.

**MARCELINO CARLOS DIAS BORBA**  
Prefeito do Município de Rio das Ostras

### DECRETO Nº 2050/2018

Regimento Interno - VII Conferência Municipal Bial de Planejamento e Orçamento Participativo

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS**, Esta do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

**Artigo 1º** - O presente decreto tem por objetivo estabelecer normas para o desenvolvimento dos trabalhos da VII Conferência Municipal Bial de Planejamento e Orçamento Participativo, através do seu Regimento Interno, conforme Anexo Único.

**Artigo 2º** - Para efeito do especificado no Art. 9º, do Regimento Interno da VII Conferência Municipal Bial de Planejamento e Orçamento Participativo, em consonância com a alínea b, inciso I do Art. 5º da lei 2159/2018, a Associação de Moradores para ser credenciada, deverá apresentar Estatuto, Ata de Assembleia que elegeu a diretoria vigente onde conste o nome do representante que se apresenta e estar com situação cadastral ativa no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o que poderá ser comprovado através de apresentação de documentação física pertinente, ou consulta ao site da internet, da Receita Federal, a critério da organização da conferência.

**Artigo. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2018.

**MARCELINO CARLOS DIAS BORBA**  
Prefeito do Município de Rio das Ostras

### ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 2050/2018

#### VII CONFERÊNCIA BIAL MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO REGIMENTO INTERNO

##### Capítulo I Da Sede e da Duração

**Art. 1º** - A VII Conferência Bial Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo de Rio das Ostras/RJ será realizada no dia 15 de dezembro de 2018, das 8h às 13h20, na Escola Municipal Inayá Moraes D'Couto, situada à Rua Frei Galvão 414 - Village - Rio das Ostras/RJ.

##### Capítulo II Das Finalidades

**Art. 2º** - São finalidades da VII Conferência Bial Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo:  
I. Consolidar a participação popular, a representação dos municípios e a transparência no Planejamento e Orçamento Público;  
II. Promover a renovação dos membros do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo – CMPOP, para o biênio 2019-2020.

##### Capítulo III Da Conferência

###### Seção I – Da Organização

**Art. 3º** - Os trabalhos da Conferência serão conduzidos por uma Mesa Diretora, composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Coordenador Geral, um Secretário Geral, auxiliados por Monitores da Conferência.  
§1º. A Presidência será exercida pelo Secretário Municipal de Gestão Pública, ou por pessoa por ele designada, que não poderá concorrer à função de Conselheiro.  
1) Cabe ao Presidente: abrir, coordenar e encerrar os trabalhos da Conferência, cumprindo e fazendo cumprir as disposições deste Regimento Interno.  
§2º. A Vice-presidência será exercida pelo Sub-Secretário Municipal de Planejamento, ou por pessoa designada pela presidência, que não poderá concorrer à função de Conselheiro.  
1) Cabe ao Vice-Presidente: substituir o Presidente, quando necessário, bem como auxiliar nas tarefas de responsabilidade deste.  
§3º. A Coordenação Geral da Conferência será exercida por um membro do Poder Público, designado pela presidência, que não poderá concorrer à função de Conselheiro.  
1) Cabe ao Coordenador Geral: auxiliar o Presidente, encaminhar o resultado da eleição e dirimir outras questões operacionais e administrativas no decorrer da Conferência.  
§4º. A Secretaria Geral será exercida por pessoa designada pela Presidência da Conferência, que não poderá concorrer à função de Conselheiro.  
1) Cabe ao Secretário Geral: Redigir as Atas da Conferência e Auxiliar nos trabalhos da Mesa Diretora.  
§5º - Os Monitores serão servidores municipais, indicados pelo Presidente da Conferência, que não poderão concorrer à função de Conselheiro.  
1) Cabe aos Monitores: apoio ao desenvolvimento dos trabalhos da Coordenação, da Mesa Diretora e da Conferência.

###### Seção II - Da Programação

**Art. 4º** - A VII Conferência Bial Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo terá a seguinte programação:  
08h às 10h - Credenciamento;  
09h às 09h15 - Solenidade de abertura;  
09h15 às 09h20 - Leitura do Regimento Interno;  
09h20 às 09h30 - Palavra Secretário SEGEF  
09h30 às 10h15 - Palestra - Dr Luiz Henrique – Jurista Catedrático  
10h15 às 10h30 - Debates;  
10h30 às 10h50 - Intervalo  
10h50 às 11h50 - Eleição dos Conselheiros;  
11h50 às 12h05 - Palavra da Mesa Diretora (Apresentação dos eleitos)  
12h05 - Encerramento

###### Seção III – Do Credenciamento

**Art. 5º** - Será garantida a participação, na VII Conferência Bial Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo, a todo munícipe maior de dezoito anos, morador de Rio das Ostras.

**Art. 6º** - No ato do credenciamento, o munícipe deverá apresentar um documento de identidade, informar o endereço onde reside e receberá um crachá de CONFERENCISTA, no qual constará seu nome e Setor Geográfico relativo ao endereço informado, mediante assinatura na lista de presença.  
**Parágrafo Único:** os Setores Geográficos estão relacionados no Anexo I deste Regimento.

**Art. 7º** - Os municípios credenciados dentro do prazo previsto neste Regimento receberão um crachá de Conferencista e terão direito a voz, a votar e a ser votado.  
**Parágrafo Único:** O munícipe mesmo credenciado, detentor de cargo/função de confiança em qualquer instância do Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, não poderá se candidatar a Conselheiro.

**Art. 8º** - Será garantida a participação, na VII Conferência Bial Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo, de Associação de Moradores, devidamente legalizadas e registradas no município.

**Art. 9º** - No ato do credenciamento, a Associação de Moradores deverá apresentar comprovante de inscrição no CNPJ, cópia da Ata da Assembleia que elegeu a Diretoria, onde conste o nome do munícipe que a representará na conferência; informar o endereço onde está situada e este representante receberá um crachá de CONFERENCISTA, no qual constará seu nome, o nome da Associação e Setor Geográfico relativo ao endereço informado da Associação, mediante assinatura na lista de presença.  
**Parágrafo Único:** os Setores Geográficos estão relacionados no Anexo I deste Regimento.

**Art. 10º** Os representantes de Associações credenciados dentro do prazo previsto neste Regimento terão